

LER E ESCREVER EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19: diálogos de alfabetização em Ji-Paraná, Rondônia.

Josélia Gomes Neves¹

Vanubia Sampaio dos Santos²

Ednéia Maria Azevedo Machado³

Eixo Temático: 10. Alfabetização e ensino remoto: desafios, aprendizados e perspectivas

Resumo: Este texto apresenta resultados parciais de uma pesquisa em andamento sobre alfabetização na pandemia da Covid-19. A finalidade tem sido compreender os processos iniciais de aprendizagem da leitura e da escrita através da análise de atividades didáticas (não presenciais) realizadas por crianças do 1º ano do ensino fundamental de uma escola municipal de Ji-Paraná, Rondônia. A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Os resultados apontam aproximações das atividades com as concepções construtivistas na medida em que propiciam exercícios de leitura e momentos de reflexão sobre a linguagem. Por outro lado ainda persiste a prevalência da cópia tratada equivocadamente como escrita, uma evidente oposição às possibilidades de desenvolvimento do pensamento sobre a língua escrita. Concluímos que é importante prosseguir o referido estudo de modo a ampliar o entendimento sobre a progressão das aprendizagens na alfabetização mesmo em um contexto tão adverso e com desigualdades sociais tão escancaradas e pouco enfrentadas pela gestão pública. Uma situação que permite lembrar as lições freireanas de que é preciso continuar insistindo na busca por “ser mais”, insistir no direito à educação e a alfabetização.

Palavras-chave: Alfabetização; Pandemia; Concepções de ensino e aprendizagem.

Introdução

O mundo tem sentido os efeitos da pandemia decorrente da covid-19 nas diversas esferas sociais. A nossa trajetória profissional e formativa mobiliza olhares para a vida e a rotina escolar das crianças que também foram e são afetadas por este contexto, sobretudo aquelas que se encontram em fase de alfabetização. Uma questão, inevitavelmente se coloca

¹Doutora em Educação Escolar. Universidade Federal de Rondônia. Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia (GPEA). joseliagomesneves@gmail.com

²Doutora em Educação. Universidade Federal de Rondônia. Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia. (GPEA). vanubia.sampaio@unir.br

³Doutora em Educação. Universidade Federal de Rondônia. Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia. (GPEA). edneia.machado@unir.br

como problemática: Como está ocorrendo o processo de alfabetização das crianças em tempos de pandemia? O que revelam as atividades encaminhadas pelas professoras alfabetizadoras por meio do ensino remoto?

Estas perguntas foram importantes para desencadear o estudo em andamento viabilizado no âmbito do Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia (GPEA) através da Linha de Pesquisa de Alfabetização & Cultura escrita. A finalidade central da pesquisa é compreender o processo de aprendizagem inicial de escrita em tempos de pandemia mediante análise de atividades mediadas no ensino remoto. Trata de uma investigação qualitativa porque parte da premissa que o conhecimento não nasce do isolamento e da individualidade mas através de um efetivo caráter social, possibilitado pelo “[...] mundo dos significados, das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações médias e estatísticas”. (MINAYO, 1998, p. 22).

A fonte de dados foram um conjunto de atividades pedagógicas que foram encaminhadas e respondidas por uma criança do 1º ano do Ensino Fundamental de uma escola da rede pública do município de Ji-Paraná, estado de Rondônia. São considerados documentos de análise pois na perspectiva de Lüdke e André (1986) constituem materiais escritos que podem ser utilizados como recurso de informação. Nesta direção, Flick (2009) considera os documentos como “meios de comunicação”, pois, evidenciam intencionalidades comunicativas.

Assim, este estudo discute as relações entre a pandemia e a educação, relacionada à alfabetização. Desde o início de 2020 as desigualdades sociais no Brasil foram explicitadas, principalmente no que diz respeito ao acesso às tecnologias digitais. Neste sentido, uma parte significativa da população tem ficado sem aulas devido à falta de internet e equipamentos como computador ou aparelho celular conforme aponta o Relatório produzido pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e pela Rede de Pesquisa Solidária com base em dados disponibilizados pela Pnad-Covid do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No município de Ji-Paraná as desigualdades são visíveis. O ano letivo desta rede iniciou no dia 21 de fevereiro de 2021 nos formatos online off-line. A escolha dos aplicativos ficou na responsabilidade de cada escola tendo em vista as condições e estruturas das famílias. As crianças que não têm acesso à internet estudam a partir de atividades impressas recolhidas periodicamente pelos responsáveis nas escolas.

1. A organização da educação brasileira em tempos de Pandemia

O surto deste vírus foi declarado como Emergência de Saúde Pública de Importância

Internacional em 30 de janeiro de 2020. A Organização Mundial de Saúde (OMS), declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária da COVID-19 em todos os Continentes a caracteriza como pandemia. Para contê-la, a OMS passou a recomendar três ações básicas: isolamento e tratamento dos casos identificados, testes massivos e distanciamento social. (BRASIL. MEC, 2020).

Dado ao contexto de agravamento pandemia no Brasil, da calamidade pública e da emergência em saúde decorrente da Covid 19, as escolas da rede pública de ensino municipal e estadual foram fechadas e suas aulas presenciais suspensas. A alternativa apresentada pelo Ministério da Educação foi instituída por meio da Portaria nº 544 de 2020 que substituiu as aulas presenciais por aulas digitais. Esta normativa orientou os demais sistemas de educação no país, estabelecendo assim o ensino remoto emergencial nas escolas de educação básica.

Embora compreendemos que isso tudo foi necessário para que as crianças não perdessem o vínculo com a escola, e para que esse processo não se tornasse ainda mais excludente, a rede de ensino municipal de Ji-Paraná e os docentes das escolas tiveram que atender minimamente as demandas e realidades das famílias. Para isso, as atividades que são planejadas semanalmente pelos docentes são disponibilizadas as crianças através de cópias impressas em formato de apostilas e distribuídas as famílias, garantindo o acesso ao material impresso.

As crianças em idade escolar matriculadas no ensino fundamental, que estão no ciclo de alfabetização passaram a receber as atividades escolares e os pais e ou responsáveis tiveram que assumir mais um compromisso, o de acompanhar esse processo de alfabetização (não presencial) de seus filhos/as em casa. Diante desse contexto, nos questionamos como tem acontecido essa alfabetização das crianças em casa a partir das atividades enviadas às famílias? Não é uma pergunta fácil de se responder, tão pouco se esgota na análise aqui apresentada.

O contexto da pandemia da covid-19 nos limitou em nossas casas, os processos sociais que antes eram presenciais e coletivos agora tornaram-se espaços de comunicação não presencial. Um processo que acarretou múltiplas mudanças na vida e na rotina de docentes, familiares e estudantes e neste contexto de educação remota surge demandas, incompreensões, perguntas que exigem respostas.

2. Concepções sobre o processo de alfabetização

A discussão central que pautou os debates sobre alfabetização no Brasil durante quase todo o século XX ancorava-se na adoção dos métodos: analíticos, sintéticos, onde os

“[...] métodos sintéticos, [...] partem de elementos menores que a palavra, e métodos analíticos, que partem da palavra ou de unidades maiores.” (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p. 21). A materialização destas formas de pensar foram popularizadas pelas cartas de ABC e pelas cartilhas, materiais escolares que simbolizaram durante muito tempo a alfabetização. As proposições explicitadas nestes recursos didáticos permitiam avaliar a sua vinculação metodológica. Permite ainda inferir que de certo modo acompanhou a transição de um Brasil rural para um Brasil urbano.

Mas, inegavelmente, as cartilhas tiveram uma visibilidade significativa na expansão da escolarização brasileira, em termos, sobretudo, de ampliação do mercado editorial. Sua presença massiva no contexto escolar atendia também a ideários modernizantes das políticas republicanas: “[...] o lugar social ocupado pela cartilha de primeira leitura nos usos e costumes da história da moderna escolarização primária. [...]”. (BOTO, 2004, p. 493).

No entanto, a hegemonia que tinham nos ambientes escolares foi sacudida desde os anos oitenta com as repercussões das pesquisas produzidas por Emília Ferreiro, Ana Teberosky, Telma Weisz e outras estudiosas a respeito das aprendizagens da língua escrita no Brasil. As leituras de *Psicogênese da Língua escrita* (1989) e *Reflexões sobre Alfabetização* (1985) produziram um profundo impacto sobre o jeito de pensar e fazer alfabetização nas escolas e nas universidades brasileiras. Estas publicações anunciavam que as mobilizações que resultaram na produção destes estudos sobre alfabetização haviam partido, dentre outros aspectos, de inquietações político-pedagógicas quanto aos alarmantes dados de fracasso escolar na América Latina e a forma como as crianças eram tratadas neste processo.

Assim, enxergar as crianças como sujeitos importantes na elaboração do conhecimento da leitura e da escrita, a nosso ver representou uma das contribuições mais importantes destas investigações. Esta perspectiva de acordo com Emília Ferreiro exige mudanças na forma como vimos a língua escrita, para além de um código de transcrição deve ser compreendida como um sistema de representação da linguagem. (1985).

As investigações realizadas por Emilia Ferreiro consideraram as descobertas da criança com relação à escrita, seus principais achados contribuíram substancialmente para mudarmos o eixo das preocupações de “como se ensina” para “como se aprende”, ou seja, do ponto de vista do sujeito. Assim “[...] novos dados oriundos das investigações sobre a psicogênese da escrita infantil [...] evidenciam que o processo de alfabetização nada tem de mecânico, do ponto de vista da criança que aprende” (FERREIRO, 1985, p. 7).

Este referencial será importante para a realização do estudo sobre a como a alfabetização está ocorrendo em escolas municipais de Ji-Paraná, estado de Rondônia em tempos de pandemia decorrente da covid-19. Considerando a abordagem qualitativa,

adotamos a pesquisa documental tendo em vista que o material analisado serão as apostilas respondidas pelas crianças. O objetivo principal é analisar as perspectivas formativas que são representadas nestas propostas e seu potencial de favorecer as aprendizagens da língua escrita por meio das aulas remotas.

4. Análise das atividades remotas

A rotina semanal de atividades de alfabetização para as crianças que estão no ciclo de alfabetização deve favorecer a autonomia das crianças e, a reflexão sobre o sistema de escrita alfabética. O planejamento dessas atividades deve levar em consideração também o objeto de conhecimento e os objetivos de aprendizagem, o tempo estimado para a realização da atividade proposta, a instrumentalização (estratégia a ser utilizada) e a forma de registro e a verificação da aprendizagem, conforme as orientações descritas no Parecer nº 05/2020 e Resolução nº 02/2020 do Conselho Nacional de Educação.

Para isso é necessário não só o planejamento das atividades é preciso considerar a realidade pedagógica de cada criança a fim de elaborar as adaptações e acompanhamento necessários que atendam às demandas de aprendizagem. Além disso, a orientação escrita das atividades a serem realizadas pelos alunos deve levar em conta uma linguagem acessível às famílias, ou seja, os enunciados devem favorecer a compreensão de ambos. A comunicação dos docentes com as famílias deve ser constante (telefone e aplicativo *WhatsApp*) com a finalidade de tirar dúvidas das crianças, suporte pedagógico e para as orientações com os responsáveis.

Desta forma, apresentaremos e analisaremos 3 (três) atividades selecionadas de apostilas encaminhadas para as crianças no âmbito das aulas remotas de Ji-Paraná, Rondônia. A intenção é compreender como a alfabetização está acontecendo neste formato de ensino. Foram extraídas das primeiras páginas do material na sequência em que foram produzidas. Tratam do estabelecimento de diferenças entre letras, números e desenhos, trabalho com o alfabeto e o nome próprio.

Observamos que o papel do sujeito familiar mediador é fundamental. É a pessoa que vai fazer a leitura e explicar a atividade para a criança fazer. E, talvez neste quesito mais um elemento da desigualdade social pode emergir: será que todas as crianças brasileiras dispõem de alguém na família que pode assumir esta tarefa? Que tem tempo, saberes e disponibilidade para tal? Possivelmente não.

4.1 – Entre letras, números e desenhos

Nesta atividade a proposta é que as crianças diferenciem letras e outros caracteres, o foco é saber o que a criança já conhece sobre o alfabeto se já diferencia letras de desenhos e números. Em escritas espontâneas temos observado que estas fronteiras são quase inexistentes. É possível compreender que podem explicitar as interações infantis com o meio social.

Figura 1 – Entre letras, números e desenhos.



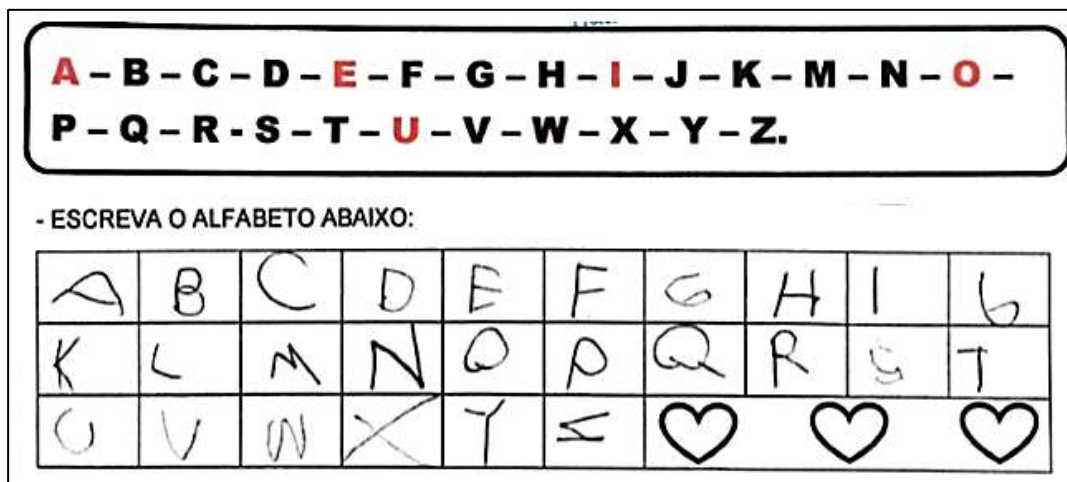
Fonte: Dados da Pesquisa.

É um tipo de situação de aprendizagem inicial que pode contribuir para o entendimento do sistema de escrita na medida em que chama a atenção da criança para as diferenças entre estes caracteres. Trata de um aspecto relevante neste processo, pois: “[...] a construção de qualquer sistema de representação envolve um processo de diferenciação dos elementos e relações reconhecidas no objeto a ser apresentado e uma seleção daqueles elementos e relações que serão retidos na representação”. (FERREIRO, 1985, p. 10).

4.2 – Alfabeto – letras maiúsculas

Propiciar o contato das crianças com o alfabeto é um passo importante para a compreensão da língua escrita. E é este tema que está presente na segunda atividade que iremos analisar. Na primeira imagem, o alfabeto é apresentado por meio de letras maiúsculas - as consoantes de cor preta e as vogais de cor vermelha. A imagem seguinte solicita que a criança escreva o alfabeto nos espaços em branco. A pergunta que fazemos é: o que a criança pode aprender com esta atividade?

Figura 2 – Alfabeto em letras maiúsculas.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Para a maioria dos casos pode significar um contato inicial da criança com a sequência alfabética, o que pode permitir um olhar sistematizado para o modo de apresentação dos caracteres: qual é a primeira letra, depois dela virá qual, que letras já são familiares, dentre outros aspectos. É uma aprendizagem fundamental, uma vez que: “Aprender as letras do alfabeto é o primeiro passo a ser dado pelos aprendizes do sistema alfabético-ortográfico de escrita”. (MALUF, 2015, p. 311).

No entanto da forma como está proposta pode representar uma simples atividade de transcrição, prática muito presente na rotina da alfabetização em que o verbo escrever é considerado pela docência como sinônimo de copiar, um resultado que delonga a compreensão da escrita. Uma das concepções docentes sobre como as crianças aprendem a ler e escrever (FERREIRO, 1985).

4.3 – Nome próprio

A terceira atividade analisada diz respeito ao trabalho pedagógico com o nome das crianças na alfabetização. Uma possibilidade de aprofundar as palavras estáveis no início da escolarização, seja pelo sentido e importância identitária ou ainda porque podem grafar essa palavra antes mesmo de dominarem a base alfabética, uma proposta significativa para o/a aprendiz.

Figura 3 – O nome próprio como tema de aprendizagem.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Propor o estudo do sistema de escrita a partir dos nomes das crianças na alfabetização, “[...] é uma boa situação para trabalhar com modelos, uma vez que informa sobre as letras, a quantidade, a variedade, a posição e a ordem delas [...]”. (BRASIL, 1999, p. 74-75). Constitui uma atividade preparatória para a visualização desta palavra portadora de significados importantes e que pode ser acrescida pela pesquisa junto aos familiares de sua origem.

Considerações finais

Os estudos realizados no Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia (GPEA) através da Linha de Pesquisa de Alfabetização & Cultura mobilizaram a elaboração deste texto, resultante de uma investigação em curso. O objetivo principal foi compreender como está ocorrendo o processo de aprendizagem inicial de escrita em tempos de pandemia através de análise de atividades do ensino remoto. Esta atividade exigiu a adoção da pesquisa documental viabilizada por um conjunto de atividades pedagógicas realizadas por uma criança do 1º ano do Ensino Fundamental de uma escola de Ji-Paraná, estado de Rondônia.

A crise sanitária surgida em março de 2020 provocou múltiplas ações de segurança individual e coletiva com impactos para a educação brasileira. A autorização do Ministério da Educação para as aulas remotas repercutiram em todo o país e foi este contexto que desencadeou o estudo com foco no processo de alfabetização.

A análise de três atividades escolares produzidas no ensino remoto deu pistas a respeito de como a rotina acerca do sistema de escrita tem se estabelecido. Observamos aproximações das atividades com as concepções construtivistas na medida em que propiciam

exercícios de leitura e momentos de reflexão sobre a linguagem. Por outro lado ainda persiste a prevalência da cópia tratada equivocadamente como escrita, uma evidente oposição às possibilidades de desenvolvimento do pensamento sobre a língua escrita.

Tanto Ferreiro como Ana Teberosky (1989) evidenciam a importância da escrita espontânea nas produções infantis. Ambas criticam veementemente os *métodos tradicionais* de ensino da leitura e da *escrita na* alfabetização, em que há uma verdadeira escrita inibida, pois utilizam a cópia como ferramenta indispensável. Em função disso, as atenções didático-pedagógicas docente estão direcionadas apenas para os aspectos gráficos (traçados/grafias) realizados pelas crianças, e com isso ignora-se os aspectos construtivos (descartando totalmente as valiosas tentativas e produções de escritas infantis espontâneas e suas hipóteses).

A intenção é prosseguir o referido estudo de modo a entender a progressão das aprendizagens na alfabetização mesmo em um contexto tão adverso e com desigualdades sociais tão escancaradas e pouco enfrentadas pela gestão pública. Uma situação que permite lembrar as lições freireanas de que é preciso continuar insistindo na busca por “ser mais”.

REFERENCIAS

BOTO, C.. Aprender a ler entre cartilhas: civilidade, civilização e civismo pelas lentes do livro didático. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 493-511, set./dez. 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica - Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional pela doença pelo Coronavírus 05 de agosto de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Guia de Implementação de Protocolos de Retorno das Atividades Presenciais nas Escolas de Educação Básica, 2020.

BRASIL. Programa de desenvolvimento profissional continuado: alfabetização. Secretaria de Ensino Fundamental. MEC: Brasília, 1999.

FERREIRO, E. **Reflexões sobre a Alfabetização**. 2. ed. São Paulo: Cortez/Editores Associados, 1985.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LUDKE, M.; ANDRE, M. E. D. **A pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MALUF, M. R.. Ensinar a Ler: Progressos da Psicologia no Século XXI. **Bol. Acad. Paulista de Psicologia**, São Paulo, Brasil, 2015, v. 35, n. 89, p. 309-324.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 5. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1998.